



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 274.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/12/2023

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA (SEMIPRESENCIAL) DE 14/12/2023

BREVES COMUNICAÇÕES

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada agradeceu à Ministra da Saúde, Nísia Trindade, pela participação e apoio à bancada feminina, durante reunião na qual várias Parlamentares discutiram temas relacionados à saúde das mulheres, maternidade, doenças genéticas, vacinação, Rede Cegonha e questões de saúde da população negra. A Deputada destacou o compromisso da Ministra em colaborar com a agenda da bancada feminina para acelerar essas propostas e políticas públicas do Governo Federal.

Renildo Calheiros (PCdoB - PE) - O Deputado levantou Questão de Ordem relativa ao registro de presença feito na Sessão do Congresso Nacional. Ele pediu que o registro seja considerado válido para a Sessão da Câmara, permitindo que os Parlamentares ausentes pudessem participar da votação, especialmente a da reforma tributária.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada argumentou não ser possível reaproveitar o registro de presença feito na sessão do Congresso Nacional para a sessão da Câmara dos Deputados, devido a regras específicas que proíbem essa prática. Destacou a importância de seguir as regras previamente estabelecidas e sugeriu que a sessão da Câmara devesse ser reconsiderada, dada a necessidade de quórum qualificado para votações importantes.

Luiz Carlos Hauly (PODE - PR) - O Deputado mencionou a oportunidade para votar a reforma tributária, a PEC 45, de 2019. Destacou que a Proposta visa criar o Imposto de Valor Agregado (IVA), considerado o melhor tributo sobre o consumo do mundo. Enfatizou que o Brasil ainda não adotou o IVA, o que o coloca no final da fila do crescimento econômico mundial. Falou sobre os operadores do sistema tributário e como os auditores estaduais e municipais desempenharão um papel fundamental no novo sistema. Destacou a importância de equiparar as carreiras dos auditores estaduais e municipais aos auditores federais, dada a natureza crítica de seu trabalho para a arrecadação de impostos. Enfatizou que essas carreiras são típicas de Estado e que seu desempenho eficaz é crucial para o funcionamento do sistema de arrecadação.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado comemorou a derrubada de vetos sem fundamento, mencionando especificamente a vitória relacionada à desoneração da folha de pagamento. Ele criticou a postura do Governo em relação a essa questão, afirmando que é importante manter a desoneração da folha de pagamento até 2027 para combater o desemprego. Além disso, ele fez uma crítica à tentativa de acabar com o trabalho aos domingos e feriados.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 274.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/12/2023

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada mencionou a aprovação do Programa Antes que Aconteça, uma iniciativa destinada a prevenir o feminicídio e melhorar a proteção das mulheres vítimas de violência. Ela destacou a alocação de recursos para o programa e a importância de combater a violência contra a mulher. A Deputada também enfatizou a necessidade de financiamento adequado para políticas públicas e defendeu que os recursos cheguem às comunidades locais.

Lêda Borges (PSDB - GO) - A Deputada agradeceu à Câmara dos Deputados, à Procuradoria-Geral da República (PGR), à Advocacia-Geral da União (AGU) e ao Supremo Tribunal Federal (STF) por reconhecerem o direito das candidatas aprovadas no concurso do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás a superarem a política de cotas que limitava a participação das mulheres. Ela destacou o trabalho conjunto para combater a discriminação contra as mulheres que desejam ingressar na segurança pública em todo o Brasil.

Luiz Couto (PT - PB) - O Deputado registrou a revogação das medidas cautelares impostas ao ex-Governador da Paraíba, Ricardo Coutinho, e outros investigados na Operação Calvário pelo Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba. Ele destacou que até o momento não foram encontradas provas substanciais de irregularidades nos casos relacionados à operação e mencionou a importância da defesa dos direitos humanos, citando o aniversário de 75 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. O Deputado também enfatizou a necessidade contínua de lutar pela promoção e proteção dos direitos humanos em todo o mundo.

Mariana Carvalho (REPUBLICANOS - MA) - A Deputada parabenizou os Deputados e Senadores por derrubarem o veto à desoneração da folha de pagamentos. Ela expressou sua preocupação com a alta carga tributária sobre a folha de pagamento, que afeta negativamente os trabalhadores e os empresários, especialmente os pequenos empreendedores em sua cidade natal, Imperatriz, no Maranhão. A Deputada enfatizou a importância de apoiar os trabalhadores e empreendedores, destacando que a geração de empregos e renda é essencial para o desenvolvimento do país. Ela concluiu que a derrubada do veto representa um passo importante em favor do povo brasileiro.

Vitor Lippi (PSDB - SP) - O Deputado expressou sua satisfação pela manutenção da desoneração da folha de pagamento, destacando seu impacto positivo na preservação de empregos. Ele ressaltou a iminência da votação da reforma tributária, considerando-a a mais importante para melhorar o ambiente de negócios, reduzir o Custo Brasil e aumentar a competitividade global. Enfatizou a necessidade de simplificação para impulsionar o crescimento econômico. Destacou a alta carga tributária sobre as indústrias no Brasil e pediu o apoio dos Parlamentares para promover mudanças significativas na legislação tributária do país.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 274.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/12/2023

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado manifestou preocupação em relação à PEC 45, de 2019, que estava em pauta para votação. O Parlamentar pediu apoio aos colegas, especialmente do Sul e Sudeste, para votarem contra um destaque de seu partido relacionado aos incentivos fiscais de uma fábrica automobilística localizada no Nordeste, na divisa entre Pernambuco e Paraíba. O Deputado afirmou que a empresa é essencial para a região e alertou sobre a possibilidade de perda de empregos se os incentivos fiscais forem removidos.

Vicentinho (PT - SP) - O Deputado anunciou a apresentação do Projeto de Lei nº 6.046, de 2023, que propõe limitar o reajuste dos convênios médicos para aposentados ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), impedindo aumentos excessivos que impactam negativamente o orçamento desses beneficiários. Solicitou o apoio dos colegas para a aprovação da proposta.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado agradeceu ao Congresso Nacional pela aprovação do Plano Plurianual (PPA) do qual foi relator. O Deputado destacou a ampla participação da sociedade civil, intelectuais e profissionais na elaboração do PPA, proporcionando uma visão de futuro sustentável para o Brasil.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado expressou sua insatisfação em relação à aprovação de um candidato comunista para o Supremo Tribunal Federal (STF) pelo Senado Federal. Ele lamentou a situação, afirmando que a "ditadura de toga" se instalará no país. Destacou as vitórias alcançadas pela Oposição na Câmara, como a derrubada de vetos presidenciais aos projetos do marco temporal e da prorrogação da desoneração da folha de pagamentos.

Paulo Marinho Jr (PL - MA) - O Deputado trouxe atenção à situação da saúde na cidade de Caxias, no Maranhão, relatando um caso trágico de um jovem que faleceu por falta de insulina. O Parlamentar destacou a responsabilidade da Prefeitura em fornecer os medicamentos necessários e expressou preocupação com possíveis desvios e fraudes nos recursos da saúde. Além disso, pediu apoio para um projeto de sua autoria que propõe tornar crime hediondo o roubo de merenda escolar.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado celebrou duas vitórias da Oposição. A primeira foi a derrubada do veto relacionado à desoneração da folha de pagamento, destacando a importância de preservar empregos e criticando a política tributária do Governo. A segunda vitória foi referente ao marco temporal, enfatizando a autonomia do Congresso Nacional na legislação e criticando a interferência do STF.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada criticou a gestão do governo anterior no contexto da pandemia. Destacou a importância da queda de vetos, em especial, o veto relacionado ao projeto que corrigia injustiças em relação aos servidores do Judiciário. Ela parabenizou a FENAJUF e o Sindicato dos Servidores do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 274.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/12/2023

Ministério Público da União pelo trabalho incansável nessa conquista, ressaltando a vitória para os servidores dessas instituições.

Nilto Tatto (PT - SP) - O Deputado, em resposta à decisão da Câmara sobre o marco temporal, anunciou que o PT está em diálogo com a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e outros partidos para entrar com uma ação de inconstitucionalidade. Ele enfatizou a importância de encarar a questão como uma cláusula pétrea, pois a existência dos povos indígenas está intrinsecamente ligada à preservação de seus territórios, conforme estabelecido na Constituição de 1988.

Coronel Chrisóstomo (PL - RO) - O Deputado expressou sua satisfação pela derrubada do veto presidencial ao marco temporal, projeto que, segundo ele, dificulta a demarcação de terras indígenas. Enfatizou a importância de entender as necessidades reais dos indígenas, argumentando que eles desejam respeito e oportunidades para explorar suas terras. O Parlamentar também criticou a atuação do Governo em relação às ONGs na Amazônia. Além disso, mencionou a aprovação da desoneração da folha de pagamento como algo benéfico para Rondônia e para todo o país. Por último, destacou a importância de lideranças de Direita na América Latina, citando o encontro com o Presidente argentino Milei.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado destacou melhorias na situação econômica em 2023 em comparação com o ano anterior, citando a redução do dólar, a queda da inflação e a recuperação do Brasil como a 9ª economia do mundo. Criticou a derrubada do veto presidencial ao marco temporal, argumentando que a medida representa uma negação da cláusula pétrea relacionada aos territórios dos povos indígenas e expressou preocupação com o impacto ambiental e os direitos dos primeiros habitantes da terra. Anunciou a intenção de acionar o Supremo Tribunal Federal em resposta à legislação que considera inconstitucional.

Silvio Antonio (PL - MA) - O Deputado comemorou o resultado da votação que derrubou os vetos presidenciais referentes à desoneração da folha de pagamento e ao marco temporal. Destacou a importância dessas decisões para o Brasil, afirmando que a desoneração da folha preservará mais de 1 milhão de empregos. Criticou parlamentares que mencionaram a possibilidade de recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF), alegando que isso seria uma afronta ao Congresso Nacional.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado lamentou a indicação de Flávio Dino para o Supremo Tribunal Federal (STF) pelo Senado. Destacou a derrubada de dois vetos presidenciais: ao marco temporal, garantindo o direito à propriedade e à desoneração da folha de pagamento, que prorroga o benefício para empresas de diversos setores, preservando milhões de empregos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 274.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/12/2023

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada celebrou duas importantes vitórias na sessão do Congresso. Destacou a derrubada do veto à desoneração da folha de pagamento, ressaltando sua relevância para a geração de empregos e alívio fiscal. Além disso, comemorou a derrubada do veto ao marco temporal, enfatizando que a medida visa evitar insegurança jurídica relacionada à propriedade de terras. A Parlamentar parabenizou a união da Oposição e da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) nessas conquistas.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada comemorou a derrubada do veto à desoneração da folha de pagamento, que, segundo ela, garantiria empregos, embora lamentasse que a medida só abrangesse alguns setores. A parlamentar também celebrou a queda do veto ao marco temporal e o fim da contabilidade criativa. Criticou a política externa do Governo Federal, acusando-o de apoiar ditaduras e expressou preocupação com possíveis invasões territoriais.

Roberto Monteiro Pai (PL - RJ) - O Deputado destacou a importância da derrubada do veto à desoneração da folha de pagamento para a competitividade de diversos setores e manutenção de empregos. Expressou sua empatia com aqueles que enfrentam desafios no mercado de trabalho. Parabenizou os parlamentares que votaram pela queda do veto, independentemente do posicionamento político.

Henrique Júnior (PL - MA) - O Deputado denunciou problemas enfrentados pela população de Timon, especialmente em relação ao serviço de água prestado pela empresa privada Águas de Timon. Ele destacou a cobrança abusiva da taxa de esgoto, que impacta principalmente as famílias carentes da região. O parlamentar anunciou a elaboração de um projeto de lei que busca limitar a cobrança dessa taxa em todo o país. Ressaltou a importância de fiscalizar empresas como a Aegea, responsável pela coordenação da Águas de Timon, e defendeu contratos mais cuidadosos entre prefeituras e empresas para evitar abusos.

Luiz Carlos Hauly (PODE - PR) - O Deputado destacou a iminência da aprovação da reforma tributária. Defendeu a implantação do Imposto de Valor Agregado (IVA). Enfatizou a importância dos auditores fiscais na gestão do novo imposto e ressaltou que essas carreiras devem ser reconhecidas como fundamentais para o Estado.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado fez uma reflexão sobre a data de 13 de dezembro, lembrando que é a mesma data da promulgação do Ato Institucional nº 5 durante a ditadura militar brasileira. Ele destacou os aspectos autoritários desse período, mencionando a concentração de poderes na Presidência da República, a suspensão de direitos políticos e a repressão intensificada. Ressaltou a necessidade de atualizar o debate sobre ditadura e democracia, defendendo mais democracia, representatividade e participação popular. Ao



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 274.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/12/2023

final, fez uma referência ao Bip Bip, um bar que se tornou um espaço de resistência cultural no Rio de Janeiro, fundado na mesma data do AI-5.

Augusto Coutinho (REPUBLICANOS - PE) - O Deputado defendeu incentivos fiscais, como os existentes para a Zona Franca de Manaus e os polos automotivos do Nordeste e Centro-Oeste, como estratégia para reduzir as desigualdades regionais. Criticou o lobby das montadoras do Sul do país que buscam acabar com esses incentivos, destacando a competição internacional desigual que enfrentam. Concluiu convocando os Deputados a votarem em prol do Nordeste e de regiões economicamente mais vulneráveis.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado defendeu o Projeto de Lei nº 5.528 de 2023, que visa corrigir uma injustiça relacionada ao acesso ao crédito consignado por parte das pessoas que recebem auxílio-acidente do INSS. Ele argumentou que aqueles que recebem esse benefício permanente deveriam ter acesso ao empréstimo consignado para financiar equipamentos que melhorem sua qualidade de vida e mobilidade. Destacou seu compromisso em defender os direitos das pessoas mais vulneráveis, como aposentados, pensionistas e beneficiários do BPC. Mencionou sua luta pela derrubada do veto à desoneração da folha de pagamento em favor dos empresários e empregados. Por fim, enfatizou a importância de tomar atitudes em prol das pessoas que mais precisam de amparo e proteção do Estado, e reafirmou seu compromisso em defender esses temas no Parlamento.

Alfredo Gaspar (UNIÃO - AL) - O Deputado enfatizou a necessidade de enfrentar o crime organizado de forma mais eficaz no Brasil, pedindo a instalação de uma CPI para abordar o problema. Destacou que as organizações criminosas estão ganhando poder e defendeu medidas mais rigorosas, incluindo a extradição de criminosos para países com prisões mais severas. Enfatizou a urgência da situação e fez um apelo à Presidência da Câmara para agir contra o crime organizado no país.

Padovani (UNIÃO - PR) - O Deputado comemorou a derrubada do veto ao Projeto de Lei nº 490, de 2007, esclarecendo que não se tratou da votação do marco temporal das terras indígenas. Em vez disso, ele explicou que a derrubada do veto se relaciona com a indenização de terras compradas com justo título e que foram transformadas em terras indígenas após o ano de 1988. Enfatizou a importância de proteger os direitos de proprietários de terras produtivas e afirmou que essas terras devem ser indenizadas pelo Governo, em vez de serem expropriadas.

Reginaldo Lopes (PT - MG) - O Deputado celebrou a abertura da 4ª Conferência Nacional de Juventude e destacou seu histórico de apoio às políticas públicas para jovens. Mencionou a participação do Presidente Lula na abertura da Conferência. Enfatizou o progresso educacional ao longo dos anos, mencionando



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 274.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/12/2023

programas como o PROUNI e o Novo FIES, além da aprovação recente da poupança do ensino médio. Salientou a necessidade contínua de investir em oportunidades educacionais para os jovens e de enfrentar o desafio de reintegrar aqueles que não completaram o ensino médio ou não tiveram acesso à educação técnica ou superior. O Parlamentar incentivou a colaboração de todos para garantir um futuro melhor para a juventude brasileira.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado celebrou a derrubada do Veto nº 34, de 2022, que reconhece a pedagogia da alternância como uma modalidade de ensino na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Ele destacou a importância da pedagogia da alternância, que leva em consideração a realidade dos estudantes, professores e famílias que vivem no campo e promove uma formação integral e crítica dos educandos. Elogiou a experiência da pedagogia da alternância em diversas Escolas Famílias Agrícolas e instituições de ensino e expressou sua satisfação por ter apresentado essa matéria. Ele parabenizou todos os envolvidos na derrubada do veto e reafirmou seu compromisso em trabalhar para melhorar a educação brasileira, tornando-a mais adequada à realidade das pessoas no campo e em todo o país.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado anunciou a intenção da bancada conservadora de promover uma reunião para conscientizar o Brasil sobre a importância do Senado Federal como Poder Moderador do Supremo Tribunal Federal e destacar o potencial de eleger Senadores conservadores. Falou sobre a criação da hashtag "senadorconservador2025" como parte dessa iniciativa e a expectativa de reunir Senadores dispostos a defender a democracia.

Alfredo Gaspar (UNIÃO - AL) - O Parlamentar elogiou a Deputada Adriana Ventura por ter sido escolhida a melhor Deputada Federal do Brasil e expressou sua admiração por ela.

Prof. Paulo Fernando (REPUBLICANOS - DF) - O Deputado elogiou a Deputada Adriana Ventura por ter sido escolhida a melhor Deputada Federal do Brasil e destacou sua própria avaliação positiva em um ranking de Deputados. Ele também parabenizou a Agência de Transformação Social IECAP por seu trabalho na área cultural e artística, assim como a Ação Social do Planalto por completar 60 anos de existência. O Deputado expressou sua preocupação com a questão das drogas e pediu mais investimento em prevenção e apoio às comunidades terapêuticas para tratar adictos. Ele desafiou os defensores da legalização das drogas a conhecerem famílias afetadas pelo uso de drogas para entenderem a gravidade do problema.

Luiz Carlos Haully (PODE - PR) - O Deputado destacou a importância da reforma tributária para o Brasil e enfatizou a necessidade de reformar o sistema tributário do país, que ele descreve como anacrônico e prejudicial ao crescimento econômico. Ressaltou que o Brasil tem um dos piores sistemas tributários do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 274.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/12/2023

mundo e que a reforma tributária é essencial para impulsionar a economia, criar empregos e aumentar a renda per capita. Mencionou a importância de combater a sonegação fiscal e unificar o trabalho dos auditores fiscais em prol desse objetivo. Ele expressou otimismo em relação à aprovação da reforma tributária e sua capacidade de melhorar a arrecadação do país e reduzir os custos burocráticos.

Kim Katagiri (UNIÃO - SP) - O Deputado refutou uma campanha difamatória que o acusava de votar pela indicação do Ministro Flávio Dino para o Supremo Tribunal Federal, explicando que como Deputado Federal, não tinha essa capacidade e que, na verdade, era um crítico ferrenho do Ministro. Ele criticou a aprovação da indicação pelo Senado, chamando-a de covarde, e enfatizou sua resiliência como Parlamentar de Oposição, comprometido em denunciar o atual Governo. Encerrou destacando seu único medo, o de desapontar sua mãe.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado enfatizou a importância da aprovação da reforma tributária no Brasil. Ele destacou que a reforma é necessária para simplificar a cobrança de impostos, torná-la mais transparente e igualar o Brasil a outros países que já adotaram o Imposto sobre o Valor Agregado (IVA). Além disso, ele mencionou que a reforma prevê a zeragem das alíquotas para produtos da cesta básica e a taxação de itens de luxo, contribuindo para uma maior justiça tributária e o crescimento da economia. Ele destacou o esforço do Presidente Lula, do Ministro Haddad e de diversos setores da sociedade para avançar na aprovação da reforma tributária e expressou esperança de que o texto final seja aprovado no Senado.

Raimundo Santos (PSD - PA) - O Deputado elogiou a atuação da Deputada Adriana Ventura, destacando sua competência, preparo e dedicação no exercício do mandato parlamentar. Ele também fez um convite para uma Sessão Solene em homenagem ao Poder Judiciário do Estado do Pará pelos 150 anos de existência do Tribunal de Justiça paraense. Ressaltou a importância do Poder Judiciário na promoção da justiça e na garantia da paz social, além de mencionar as iniciativas proativas do tribunal em áreas como cidadania e inclusão social. Ele parabenizou a Desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos, que preside o Tribunal, e destacou o papel fundamental do Poder Judiciário na democracia e na ordem jurídica do país.

Reginaldo Lopes (PT - MG) - O Deputado enfatizou a importância da reforma tributária para simplificar o sistema e tornar o Brasil mais competitivo globalmente. Ele argumentou que o sistema tributário atual é complexo e oneroso, prejudicando a indústria nacional. Destacou que a reforma é progressiva e moderna, com medidas para beneficiar os mais pobres, como o cashback e que representa uma oportunidade de melhorar a eficiência econômica e a justiça social no Brasil.

ORDEM DO DIA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 274.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/12/2023

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Criticou a medida, considerando-a uma acomodação de interesses e cargos, além de um aumento desnecessário na estrutura governamental. Expressou preocupação com o impacto futuro nos gastos públicos e destacou a falta de cortes efetivos nas despesas pelo governo Lula, mencionando o presidente Lula e suas viagens. A deputada argumentou que criar mais Ministérios não é a solução para gerar empregos e criticou a falta de responsabilidade fiscal na proposta.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Mendonça Filho (UNIÃO - PE) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Criticou a prática do atual governo de aumentar a máquina pública.

Emanuel Pinheiro Neto (MDB - MT) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Destacou a taxa de juros SELIC, que custou mais de 50 bilhões de reais ao Governo em 6 meses.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 274.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/12/2023

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado expressou que o apoio aos pequenos e microempresários já está contemplado nos outros Ministérios. Argumentou que não é necessário criar uma estrutura adicional, pois as políticas para esse segmento já existem.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada discutiu a Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Criticou a criação do Ministério, argumentando que o governo atual não promove a desoneração da folha de pagamentos e vai contra os interesses dos trabalhadores. Considerou a iniciativa uma hipocrisia e acredita que o Ministério será mais um cabide de empregos, burocratizando em vez de desburocratizar. Enfatizou que quem quer empreender faz, independentemente da existência de um Ministério específico.

Julia Zanatta (PL - SC) - A Deputada discutiu a Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Sugeriu que a proposta visa apadrinhar aliados do governo e acusou o governo de buscar arrecadação constante.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado discutiu a Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Criticou a proposta de criação de mais um Ministério, destacando que o governo vetou a desoneração da folha de pagamentos, prejudicando as pequenas empresas.

Alfredo Gaspar (UNIÃO - AL) - O Deputado discutiu a Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Expressou preocupação com o atual cenário fiscal do Brasil, destacando o recorde de déficit primário e a elevada dívida bruta em relação ao PIB.

Mendonça Filho (UNIÃO - PE) - O Deputado discutiu a Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Criticou a criação de mais um Ministério, argumentando que a medida foi tomada para acomodar politicamente o ex-Ministro Márcio França. Afirmou que, ao mesmo tempo em que se debate a redução da carga tributária, o governo atual amplia gastos e estruturas, colocando mais custos sobre os contribuintes.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de adiamento da votação da Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Considerou como irresponsável e evidência da falta de respeito do governo Lula pelo dinheiro público. Acusou o atual governo de gastar de forma irresponsável e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 274.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/12/2023

esbanjar luxo em viagens internacionais, enquanto os cidadãos brasileiros sofrem. Por fim, afirmou que o empreendedor não precisa de um Ministério, e instou o governo a adotar medidas concretas, como aumentar o limite do SIMPLES e desonerar a folha, em vez de criar estruturas governamentais.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação da Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Criticou a falta de clareza na medida provisória, destacando termos vagos que tornam incerta sua real aplicação.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação da Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação da Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Enfatizou que o empreendedor busca respeito do Governo e mencionou a alta carga tributária no Brasil, propondo que políticas específicas sejam direcionadas a esse segmento da sociedade.

Silvio Antonio (PL - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação da Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada encaminhou a votação da Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Expressou preocupação com a vagueza do texto da medida provisória. Criticou a criação de mais um Ministério, questionando sua necessidade diante dos desafios já existentes no país, como o desemprego e a fome. Também mencionou a postura do governo Lula em relação à desoneração da folha de pagamentos e ao aumento do limite do SIMPLES, afirmando que essas medidas não são apoiadas pelo governo.

Silvio Antonio (PL - MA) - O Deputado encaminhou a votação da Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Questionou a viabilidade do novo Ministério, sugerindo que sua criação pode estar relacionada a questões políticas, como a tentativa de acomodar mais um partido. Enfatizou que a criação de um Ministério não resolverá os problemas do governo Lula e pode ser percebida como uma estratégia para fortalecer um governo enfraquecido.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 274.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/12/2023

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado encaminhou a votação do parecer da Comissão Mista quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais da Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Comparou a postura do Brasil com a da Argentina, onde o presidente propôs reduzir o número de Ministérios diante da situação econômica desafiadora. Expressou preocupação com a visão de mais Ministérios como forma de poder de barganha político, em vez de buscar austeridade e competitividade no mercado. Destacou a necessidade de uma reforma tributária e de uma política econômica mais coerente para atender às demandas dos que geram emprego e renda.

Silvio Antonio (PL - MA) - O Deputado levantou questão de ordem sobre o quantitativo de oradores inscritos para o encaminhamento do pressuposto constitucional de medida provisória.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado orientou a bancada na votação do parecer da Comissão Mista quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais da Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Expressou preocupação com o aumento do número de Ministérios, destacando que o Brasil funcionou bem com 23 Ministérios no Governo Bolsonaro. Citou o crescimento do PIB durante esse período, apesar de desafios como a guerra e a COVID-19.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do parecer da Comissão Mista quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais da Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Criticou o governo por não aumentar o limite do SIMPLES, vetar a desoneração da folha e não fazer esforços para apoiar o empreendedorismo.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada apresentou questão de ordem sobre a tempestividade das reclamações quanto às matérias votadas.

Silvio Antonio (PL - MA) - O Deputado encaminhou a votação do parecer da Comissão Mista quanto ao não atendimento dos pressupostos constitucionais da Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada encaminhou a votação do parecer da Comissão Mista quanto ao não atendimento dos pressupostos constitucionais da Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Criticou a falta de comprometimento com o trabalho eficiente e mencionou o impacto negativo da decisão de manter as escolas



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 274.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/12/2023

fechadas durante a pandemia, enfatizando que isso prejudicou a dignidade humana ao privar as crianças do direito à educação.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado encaminhou a votação do parecer da Comissão Mista quanto ao não atendimento dos pressupostos constitucionais da Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Ressaltou a inevitabilidade de gastos associados à existência de mais um Ministério. Por fim, enfatizou a importância de políticas mais austeras e eficientes, citando a necessidade de uma reforma tributária e de um Estado que funcione de maneira enxuta.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada levantou questão de ordem sobre o entendimento de que quando o painel registra que o partido está em obstrução, o parlamentar não precisa votar "obstrução", tendo em vista que ele estaria acompanhando a "obstrução", não podendo haver nenhum efeito administrativo.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada levantou Questão de Ordem argumentando que a orientação de "obstrução" pelo partido não deve ser considerada falta para fins administrativos ou desconto pecuniário.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado levantou Questão de Ordem argumentando que, no momento de votação, ou quando se discute e vota a redação final, a palavra para formular questão de ordem só pode ser concedida uma vez ao Relator e uma vez a outro Deputado.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do parecer da Comissão Mista quanto ao não atendimento dos pressupostos constitucionais da Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Expressou preocupação com os problemas enfrentados pelo país e pelos empreendedores, enfatizando a necessidade de abordar questões como a tributação, a desoneração da folha, o aumento do limite do SIMPLES e a flexibilização das regras de trabalho.

Silvio Antonio (PL - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do parecer da Comissão Mista quanto ao não atendimento dos pressupostos constitucionais da Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Destacou a leitura que o povo brasileiro faz do Governo Lula, sugerindo que a proposta de aumentar o número de Ministérios visa obter apoio e responder a derrotas recentes.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 274.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/12/2023

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do parecer da Comissão Mista quanto ao não atendimento dos pressupostos constitucionais da Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Destacou que a criação de mais um Ministério não resolverá os problemas enfrentados pelos empreendedores diante das dificuldades e burocracias impostas pelo governo. Também mencionou o posicionamento contrário do governo à desoneração da folha de pagamento, interpretando-a como um gesto contra os empreendedores.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Criticou o governo por suas políticas, argumentando que a criação de empregos não é responsabilidade do Estado, mas sim do setor privado.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Destacou as realizações do governo.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Expressou descontentamento com a postura do governo, afirmando que finge apoiar os empreendedores enquanto, na realidade, busca aumentar a carga tributária sobre eles.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Enfatizou a importância de uma política de austeridade e uma abordagem econômica que atenda aos interesses do empreendedorismo, destacando que a criação de mais gastos apenas aumentaria o Custo Brasil.

Renildo Calheiros (PCdoB - PE) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Mencionou a redução da taxa de juros pelo COPOM como um elemento favorável ao empreendedorismo e à economia do país.

Mendonça Filho (UNIÃO - PE) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 274.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/12/2023

Empresa de Pequeno Porte. Destacou a grave crise fiscal que o Brasil enfrenta, com déficits recordes nas contas públicas.

Julia Zanatta (PL - SC) - A Deputada criticou a falta de previsibilidade nas votações do Congresso Nacional, destacando a votação surpresa da Medida Provisória 1.185, de 2023, que trata da subvenção de ICMS. Expressou preocupação com a ausência de planejamento para as sessões, prejudicando a participação dos parlamentares e a compreensão das propostas em votação. Também se opôs à criação de mais Ministérios, apontando para a contradição entre a decisão de Lula contra a desoneração da folha de pagamento e a aprovação de novas despesas. Além disso, criticou a falta de autonomia para os estados na reforma tributária em discussão.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado fez uma retrospectiva do ano de 2023, destacando tensões políticas e criticando a indicação de Flávio Dino para o Supremo Tribunal Federal. Elogiou a derrubada de vetos importantes, como o marco temporal, ressaltando a defesa da segurança jurídica. Expressou preocupação com a reforma tributária, apontando que o Brasil pode se tornar o país que mais cobra impostos de quem gera emprego e renda. Mencionou as particularidades tributárias dos municípios e a falta de devolução em infraestrutura para os investidores. Concluiu destacando as bandeiras defendidas, como família, vida e luta contra a liberação de drogas, e expressou preocupação com o aumento do número de Ministérios.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada encaminhou a votação do *Caput* do art. 30-A, da Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Argumentou que o novo Ministério não passa de um "cabide de empregos" e não representa uma medida efetiva para apoiar os empreendedores. Alegando que o governo anterior não precisou criar um Ministério para implementar programas de apoio ao empreendedorismo, como o PRONAMPE, criticou a burocracia do atual governo e sugeriu que a medida provisória em questão está sendo usada para abrigar aliados e garantir votos favoráveis ao governo.

Julia Zanatta (PL - SC) - A Deputada orientou a bancada na votação do *Caput* do art. 30-A, da Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do *Caput* do art. 30-A, da Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Expressou descontentamento com o Governo, afirmando que este sempre vai contra a geração de empregos e o empreendedorismo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 274.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/12/2023

Silvio Antonio (PL - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do *Caput* do art. 30-A, da Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Argumentou que um Estado maior resulta em prejuízos para a nação brasileira.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado orientou a bancada na votação do *Caput* do art. 30-A, da Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Argumentou que a verdadeira melhoria para o empreendedorismo no país passa por resolver questões tributárias, oferecer mais infraestrutura, diminuir a burocracia e resolver problemas no ordenamento jurídico brasileiro.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada encaminhou a votação da expressão "incluído o poder de compra governamental para o desenvolvimento dos territórios", constante do inciso XII, art. 30-A, da Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Interpretou que o governo pretende concentrar compras para distribuir a prefeituras, visando comprar apoio e votos.

Julia Zanatta (PL - SC) - A Deputada orientou a bancada na votação da expressão "incluído o poder de compra governamental para o desenvolvimento dos territórios", constante do inciso XII, art. 30-A, da Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Expressou sua indignação com a declaração do Presidente Lula e destacou que é impossível aceitar um tratamento que ignora metade da população brasileira.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação da expressão "incluído o poder de compra governamental para o desenvolvimento dos territórios", constante do inciso XII, art. 30-A, da Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Expressou preocupação com o inciso em questão, que, segundo ela, abre espaço para corrupção e compra de apoio e votos.

Silvio Antonio (PL - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "incluído o poder de compra governamental para o desenvolvimento dos territórios", constante do inciso XII, art. 30-A, da Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Mendonça Filho (UNIÃO - PE) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "incluído o poder de compra governamental para o desenvolvimento dos territórios", constante do inciso XII, art. 30-A, da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 274.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/12/2023

Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada encaminhou a votação do § 1º, art. 30-A, da Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Enfatizou a falta de estrutura do Ministério, salientando que o mesmo será usado para acomodar aliados sem competência para executar políticas públicas.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do § 1º, art. 30-A, da Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Destacou a utilização do SEBRAE para realizar a parte operacional do Ministério, questionando a necessidade da nova pasta.

Silvio Antonio (PL - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do § 1º, art. 30-A, da Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Expressou sua perplexidade com a criação do Ministério, destacando a contradição de chamar o SEBRAE para realizar as atividades que o novo Ministério supostamente deveria desenvolver.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do § 1º, art. 30-A, da Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Ressaltou que o SEBRAE já desempenha um papel significativo e abrangente no apoio aos empreendedores, questionando a necessidade de criar um Ministério para tarefas que o SEBRAE já realiza eficientemente.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada encaminhou a votação do § 2º, art. 30-A, da Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Argumentou que o Ministério parece ser apenas uma estratégia para distribuir cargos e favores políticos, sem um propósito claro. Destacou a eficácia do SEBRAE e questionou a necessidade de envolvê-lo em atividades adicionais por meio deste Ministério. Por fim, desafiou o Governo a adotar medidas mais efetivas, como a isenção de impostos nos dois primeiros anos para empreendedores e o aumento do limite do SIMPLES.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do § 2º, art. 30-A, da Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 274.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/12/2023

Porte. Repudiou veementemente a criação do 39º Ministério, comparando-o ao recorde de Ministérios durante o governo de Dilma Rousseff.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação do § 2º, art. 30-A, da Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada no Destaque nº 3 para votação em separado do Parágrafo 2º, Art. 30A, apresentado à Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que altera a Lei nº 14.600, de 2023, para criar o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Silvio Antonio (PL - MA) - O Deputado orientou a bancada no Destaque nº 3 para votação em separado do Parágrafo 2º, Art. 30A, apresentado à Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que altera a Lei nº 14.600, de 2023, para criar o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Julia Zanatta (PL - SC) - A Deputada orientou a bancada no Destaque nº 3 para votação em separado do Parágrafo 2º, Art. 30A, apresentado à Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que altera a Lei nº 14.600, de 2023, para criar o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado parabenizou o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por projetar um aumento no salário mínimo, elogiando a abordagem inovadora que vincula o reajuste ao crescimento econômico. Ele destacou a importância da valorização do salário mínimo como uma expressão de respeito pelo trabalho e dignidade dos trabalhadores. Expressou otimismo quanto à nova política de valorização do salário mínimo, pois isso contribuirá para um Brasil mais inclusivo e próspero, incentivando outros Governos a adotarem abordagens semelhantes.

Luiz Lima (PL - RJ) - O Deputado expressou sua preocupação com as recentes ações da Venezuela na tentativa de reivindicar uma área territorial da Guiana. Ele enfatizou que, embora a Venezuela tenha o direito de buscar seus interesses legítimos e resolver disputas territoriais de acordo com o direito internacional e a diplomacia, a agressão e a ameaça de força não são caminhos aceitáveis. Destacou a importância da diplomacia, do diálogo e da negociação como meios pacíficos para resolver disputas territoriais e condenou qualquer ação unilateral ou ameaça de uso da força pela Venezuela em relação à Guiana. O Parlamentar pediu que a Venezuela escolha o caminho da diplomacia para resolver suas questões territoriais, visando à estabilidade e à paz na América Latina.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 274.2023

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/12/2023

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada defendeu o Projeto de Lei 1.151, de 2023, que prevê atendimento psicossocial para crianças e adolescentes afetados por situações adversas envolvendo seus pais ou responsáveis, como prisões ou mortes violentas. O Projeto foi aprovado pelas Comissões de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, e de Constituição, Justiça e Cidadania. A Deputada destacou a necessidade de apoiar esses jovens em momentos delicados e de não os estigmatizar. O Projeto seguirá para o Senado, visando garantir o acesso a serviços médicos e psicossociais para esses jovens em situações familiares complexas. Ela reafirmou seu compromisso com o bem-estar desses jovens e agradeceu às Comissões pelo apoio.

ENCERRAMENTO